

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE?

*Silvia Neves Salazar**

Resumo:

Na contemporaneidade o problema do desemprego estrutural faz ressurgir várias formas não assalariadas de inserção no mundo do trabalho. Neste cenário se multiplicam iniciativas de geração de trabalho e renda designadas como: cooperativismo, economia solidária, economia popular, entre outras. No campo deste debate, este artigo visa contribuir para a construção de um quadro categorial, através da revisão da literatura que se volta para a referida temática. Na construção do nosso objeto de estudo interessa-nos analisar as formas de organização do trabalho na perspectiva emancipatória, considerando por um lado, o papel dos seus agentes/entidades de fomento, como: sindicatos, fóruns, órgãos públicos e privados; e por outro, o papel dos próprios grupos que caminhem na perspectiva emancipatória do trabalho. Vale ressaltar que, há dificuldade de precisar tais concepções, visto que estas são utilizadas de forma indiscriminada. Ao utilizarmos a concepção de economia solidária buscaremos abordar a questão da sua reemergência e características que assume no Brasil, a partir dos anos 1990, quando são incorporadas as políticas de cunho neoliberal associadas às mudanças do novo padrão de desenvolvimento econômico, a chamada acumulação flexível.

Palavras-Chave: desemprego, economia solidária, trabalho, emancipação.

Abstract:

On the contemporariness the problem of the structural unemployment makes several ways, non-employed ones, of insertion in

* Doutoranda em Serviço Social pela PUC/Rio e Professora da Faculdade Salesiana de Vitória.

the labor world to resurge. In such a scene initiatives of making labor and income are multiplied and specified as: system based on cooperatives, united economy, popular economy and so forth. In the field of this discussion, this essay aims to contribute for the construction of a categorical table, through the review of the literature concerning the referring theme. At the construction of our object of study we are interested in analyzing the ways of work organization on the emancipator perspective, considering on the other hand, the role of its agents/advanced entities such as: trade unions, forum, government and private agencies; and on the other hand, the role of the own groups which go towards the emancipator perspective of work. It is worth to emphasize that there is some difficulty to specify such conceptions, since they are used in a discriminated way daily. When we use the conception of united economy we will search to broach the subject of its reemergence and characteristics that it assumes in Brazil, from the 1.990's, when the neo-liberal policies associated to the changes of the new pattern of economic development are incorporated, which is denominated flexible accumulation.

Keywords: *unemployment; united economy; labor; emancipator.*

Determinações históricas na retomada da economia solidária

No final do século XX a retomada da discussão da temática que envolve a economia solidária se desenvolve num quadro em que transformações societárias são determinantes como a incorporação das idéias neoliberais, que leva a redução dos gastos públicos do Estado na área social, a crise do fordismo/taylorismo e a emergência da acumulação flexível como um novo padrão de desenvolvimento econômico desencadeia-se uma série de mudanças no processo de trabalho. Estas mudanças se desenvolvem a partir da crise do fordismo¹ em 1973. Harvey (1992) destaca que em meados da década de 1960, o fordismo já apresentava problemas sérios de queda da produtividade e lucratividade corporativas.

¹ Uma vasta e significativa bibliografia já aprofundou os elementos centrais do padrão fordista/taylorista de desenvolvimento econômico adotado pelos países capitalistas centrais no início do século XX. Ver HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo. Ed. Loyola, 1992 e ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo editorial/ Coleção Mundo do Trabalho, 3^a ed, 2000.

Segundo o autor, particularmente, o período de 1965 a 1973, expressa a incapacidade do binômio fordismo/keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Tal dificuldade é resultado da rigidez do fordismo que se expressa pela rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo num sistema de produção em massa que impedia a flexibilidade de planejamento, assim como a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (ibid). Harvey (1992) aponta que a acumulação flexível implica em níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical. Essas e outras mudanças apontam para um mercado de trabalho que sofre radical reestruturação, onde as conseqüências sobre a classe trabalhadora se expressam pelos regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, pelo enfraquecimento dos sindicatos, pela grande quantidade de mão-de-obra excedente, redução do emprego regular e aumento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos, caracterizando os trabalhadores flexíveis, segmentos que se inserem no mercado de trabalho de forma cada vez mais precarizada.

É neste processo que podemos afirmar que há um agravamento da questão social a partir da superexploração do trabalho. Na realidade das sociedades capitalistas, a questão social se coloca de uma forma mais complexa na exploração do trabalho humano, na degradação da classe trabalhadora e nas extremas desigualdades que vêm se aprofundando com as transformações societárias, a partir da articulação complexa da reestruturação produtiva e do projeto neoliberal.

No Brasil contemporâneo, o agravamento da questão social se aprofunda, particularmente frente aos processos de exclusão social² que

² Vale ressaltar o significado da categoria exclusão social, onde não significa dizer que o contingente populacional excluído do trabalho esteja fora da dinâmica do capitalismo, fora do sistema econômico. Segundo Alba de Carvalho(2002), o capitalismo, perversamente busca incorporar essa população via consumo e via ciclos marginais de atividades e formas de vida de excluídos: formas incipientes de trabalho, pontuais, itinerantes, extremamente precárias, rota do tráfico e da violência, prostituição, vidas no limite, desamparo social, ruptura de laços sociais. Logo, a exclusão social significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes sócio-relacionais, ficando imerso na precariedade de vida que não permite a realização humana.

se dão pela via da vulnerabilização do trabalho, decorrente da ofensiva do capital. A partir deste processo percebemos uma superexploração do trabalho, que se expressa no crescimento do sub-emprego, desemprego, redução dos salários, terceirização, desregulamentação das leis trabalhistas. Na perspectiva de Castel (1998) e, particularmente no seu conceito de sociedade salarial, há três pontos da cristalização da nova questão social, que se complexifica na atual relação capital x trabalho:

- **A desestabilização dos estáveis** – é caracterizada pelos trabalhadores que tinham uma posição definida no mercado de trabalho e hoje se encontram fora do mercado. São segmentos que sofrem um processo de insegurança e ameaça de perder o emprego.
- **A Instalação da precariedade** – é caracterizada pela alternância no tempo de pequenos empregos, trabalhos temporários, sem qualquer vínculo ou garantia trabalhista. Esta relacionada a crescente flexibilização dos mercados de trabalho.
- **Déficit de lugares ocupáveis na estrutura social** – em função do desemprego e da precarização do trabalho determinados segmentos, particularmente os jovens e velhos, não têm lugar na sociedade. Estes são classificados como trabalhadores excedentes, inúteis, sem qualificação. Logo, são considerados os descartáveis na atual lógica da competitividade e do individualismo.

Castel (1998) afirma que a precarização do trabalho alimenta a vulnerabilidade social e produz o desemprego e a desfiliação. Dados da Organização Internacional do Trabalho de 2001 registram que 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, 1/3 da força humana mundial que trabalha, encontra-se desempregada ou precarizada (Antunes, 2001). É neste contexto que, se percebe o retorno às antigas formas de contratação de mão-de-obra, encontradas pelos segmentos que sofrem o problema do desemprego.

No atual contexto do desenvolvimento capitalista a articulação da acumulação flexível e das políticas de cunho neoliberal têm contribuído para as principais transformações no mundo do trabalho que apontam para a precarização e flexibilização dos contratos de trabalho através do trabalho temporário, parcial, subcontratado, perda dos direitos sociais,

crescimento das desigualdades sociais e exclusão social, enfraquecimento do movimento sindical e particularmente pela crise do desemprego estrutural. Segundo Tiriba:

“A lógica do atual modelo de desenvolvimento econômico é a de que a plenitude do homem e de suas diferentes dimensões humanas devem ser reduzidas ao campo econômico. Neste sentido, a totalidade humana foi substituída pela representação de um homem econômico, que se move pelo princípio do prazer e do desprazer” (2001:50).

Evidenciamos a determinação econômica (dimensão do mercado) em detrimento da determinação da condição humana, como campo do prazer, da realização, da própria vida no sentido ampliado. O individualismo e a competitividade assumem uma dimensão extremamente exacerbada, como condição *sine qua non* para a conformação de uma nova lógica para se compreender as relações entre os homens.

Esse quadro da realidade das sociedades capitalistas que desde a década de 1970, vem sendo marcado por profundas mudanças na estrutura econômica, social, política, cultural tem trazido resultados “desastrosos” que recaem particularmente sobre os segmentos subalternizados da sociedade que, já vêm sendo submetidos a condições de vida e trabalho extremamente precárias. Porém, é nos países periféricos que a população tem sofrido mais intensamente as contradições nas relações entre o capital e o trabalho. As iniciativas de inserção no trabalho informal, ou seja, em atividades não assalariadas se expressam por formas diversificadas e heterogêneas de organização dos segmentos excluídos do mercado formal de trabalho. Neste campo o cooperativismo, a economia popular, a economia solidária, são algumas das principais concepções que expressam o ressurgimento de atividades laborativas para a geração de trabalho e renda destes segmentos.

Para Lima (2003) o cooperativismo é retomado como resultante de duas situações. A primeira refere-se à reestruturação produtiva onde, frente à crise do fordismo, adota-se um novo padrão de desenvolvimento econômico baseado na acumulação flexível, que imprime profundas mudanças tecnológicas e organizacional. Entre outros elementos, este processo resultou na desregulamentação dos mercados de trabalho, na flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, trazendo como grave consequência o desem-

prego. O segundo aspecto, considerado pelo autor, nesse ressurgimento das cooperativas, refere-se aos movimentos contraculturais do final da década de 1960, que frente ao desencanto com o capitalismo e o socialismo de estado, apontam para o surgimento de movimentos ecológicos, feministas e de minorias, visando a busca de alternativas frente aos modelos existentes. Vale ressaltar que, nos países em desenvolvimento, as cooperativas foram propostas por órgãos internacionais como forma de engajar a sociedade nos projetos de desenvolvimento e, desta forma, aliviar as pressões junto ao Estado, também a partir dos anos 70. Neste contexto histórico está expresso o caráter de funcionalidade das cooperativas, onde evidenciamos a perspectiva do projeto neoliberal, em retirar a responsabilidade do Estado na criação e efetivação de políticas sociais de inclusão no mercado de trabalho e, repassar este papel para a sociedade civil. Aqui, a dimensão da solidariedade é incorporada como um apelo a sociedade, de forma a-política, visando “responder” ao agravamento das questões sociais.

Este cenário caracterizado pelas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais é determinante para a retomada e crescimento expressivo de várias formas de trabalho não assalariadas, particularmente, pela classe-que-vive-do-trabalho³, segmento que mais sofre com as mudanças societárias e mais diretamente com o desemprego.

Portanto, o potencial destas iniciativas não assalariadas se por um lado podem contribuir para a construção de uma nova sociedade, por outro, podem reforçar uma política pobre para o pobre, a partir do aprofundamento das relações sociais capitalistas. Neste campo amplo, polêmico e difuso coloca-se o desafio de pensar no conceito de economia solidária.

Economia solidária imprecisões conceituais no debate

Num contexto, marcado pelas desigualdades sociais que se aprofundam a partir do processo de exclusão social do mercado formal

³ Tal expressão é resgatada por Antunes (1999) a partir da perspectiva marxiana visando dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje e apreender sua efetividade sua processualidade e concretude. No capítulo VI de seu livro: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, o autor desenvolve uma rica análise para conceituar a forma de ser da classe-que-vive-do-trabalho.

de trabalho, há um esforço coletivo de determinados grupos na retomada de várias formas de inserção no trabalho, através de uma perspectiva emancipatória, como possibilidade de garantia de trabalho e renda. Num esforço de identificar estas diferentes atividades não assalariadas, Cattani (2003) organizou juntamente com vários pesquisadores voltados para esta "outra" perspectiva do trabalho, uma interessante obra onde a preocupação volta-se para a definição de quarenta (40) verbetes que marcam a diversidade das concepções que hoje expressam tais iniciativas. Entre outros elementos, um ponto central e comum entre tais iniciativas, volta-se para a oposição a economia capitalista. Segundo Cattani:

"Processos, instituições, valores, manifestações, etc., designados por nomes ou conceitos diversos: sócioeconomia solidária, economia popular solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empresa social, redes de consumo solidário e outros tantos. São fenômenos que correspondem, por um lado, a algo bem concreto (instituições formais, práticas sociais), por outro, a dimensões abstratas, como projetos, valores, percepções, etc., que não correspondem à economia e as práticas convencionais" (2003:11).

Reconhecemos que definir e precisar melhor as concepções que envolvem as atividades não assalariadas torna-se necessário para que possamos avançar na elaboração de propostas que contribuam para a melhoria das condições de vida daqueles excluídos do mercado de trabalho. Num primeiro momento, se percebe que algumas concepções estão extremamente articuladas e apontam para a consolidação de atividades produtivas que caminham na direção de princípios e valores solidários. Na multiplicidade de tais iniciativas que se espraiam na realidade, Cattani (2003) destaca que, o desafio maior volta-se para a demarcação precisa entre as verdadeiras formas de inserção no trabalho, na perspectiva emancipatória, e as práticas conservadoras no chamado terceiro setor. Pois, muitas vezes tais atividades produtivas passam a ser apropriadas pelo sistema capitalista, fugindo totalmente dos princípios e valores que norteiam as verdadeiras práticas emancipatórias de inserção no trabalho, como: cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, justiça social. Ao mesmo tempo em que se instaura este conjunto de valores e princípios que fundamentam tais iniciativas, a realidade nos mostra que a lógica da produção capitalista caminha numa direção extremamente contrária, onde embora o discurso seja da justiça social,

participação, democracia, na realidade, aprofundam-se valores individualistas, competitivos e excludentes.

Nesta primeira aproximação mais geral do tema, a identificação das principais concepções teóricas que tratam de tais formas de inserção no mundo do trabalho revela características semelhantes, em que, mais associam tais iniciativas do que as diferem. Há imprecisões e insuficiências em classificar, conceituar as diferentes atividades laborativas. Mas como destacam Icaza e Tiriba (2003:103), "... considera-se que mais que classificar as atividades em economia formal e economia informal, trata-se de analisar o sentido e a racionalidade interna dos empreendimentos econômicos geridos pelos próprios trabalhadores". Como orientação de nossa análise adotaremos esta perspectiva, pois entendendo que o sentido e a racionalidade das formas de organização do trabalho só são analisados a partir dos princípios e valores que a norteiam. Nesta perspectiva são convergentes algumas concepções que marcam as atividades laborativas e que caminham na direção do trabalho emancipatório.

No que se refere às **cooperativas** resgatamos em Schmidt e Perius (2003:63) o entendimento de que se tratam de:

"...associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo..."

Tal definição engloba uma articulação indissociável entre os princípios e valores que contribuem para a construção das cooperativas. Os princípios destacados pelos autores de adesão livre e voluntária, controle democrático do sócio, participação econômica, autonomia e cooperação se concretizam a partir dos valores de auto-ajuda, democracia, igualdade, solidariedade que marcam as cooperativas. A partir destes elementos, o novo marco jurídico para as cooperativas no Brasil, se estabelece a partir da Constituição Federal de 1988, onde as cooperativas não estariam mais tuteladas pelo Estado. Segundo Schmidt e Perius (2003:66): "A partir da Constituição Federal de 1988, as cooperativas alcançaram sua autonomia e buscam implementar sua autogestão". A idéia de autonomia e autogestão tão presentes na lógica da organização das cooperativas é extremamente polêmica e

complexa se não considerarmos que os grupos cooperativos para se desenvolverem dependem de uma articulação com as grandes empresas, que na maioria das vezes interferem diretamente no processo produtivo das cooperativas. Portanto é preciso avaliar de que autonomia e autogestão estamos falando.

Outro conceito utilizado para definir as iniciativas de inserção no trabalho refere-se a **economia popular**. Segundo Icaza e Tiriba:

“Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais” (2003:101).

A partir desta definição duas questões são destacadas como fundamentais para caracterizar a economia popular. O fato de terem uma dimensão que transcende o ganho material, visto que se trata de uma perspectiva da reprodução ampliada da vida. E outra que, refere-se a idéia de que, trata-se de um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os setores populares. Esta é uma característica que pode diferir das outras práticas, visto que o cooperativismo, por exemplo, pode ser desenvolvido por outros segmentos que não das camadas populares. No entanto, a imprecisão do conceito popular deve ser considerada, pois se trata de um conceito abrangente marcado por segmentos muito heterogêneos da sociedade brasileira. Segundo Silva:

“...o popular é uma teia social complexa, não suficientemente refletida pelas Ciências Sociais e pelo Serviço Social em particular. Saber quem é o que denominamos de popular na realidade brasileira, sua composição, sua participação ou omissão política na sociedade, os projetos sociais que ostenta, os pressupostos teóricos e éticos, o conteúdo, a proposta e as estratégias desses projetos, talvez seja a via desmistificadora do progressismo que atribuímos ao popular” (1995:249).

Tiriba apud Coragio (1998), destaca que diferentemente da acumulação de capital, a economia popular se caracterizaria pela lógica da reprodução ampliada da vida. Pertencendo ao setor formal ou informal da economia, legalizadas ou não, caracterizando-se como unidades familiares ou como um agrupamento de donas-de-casa, operários ou artesãos, o que permite sem dúvida definir que são oriundos das classes popula-

res. É neste contexto que se torna necessário qualificar melhor o popular, não o reduzindo a um conceito que homogeneiza aqueles que fazem parte do popular, mas compreendendo na complexidade e heterogeneidade, as particularidades dos diferentes grupos que compõem o popular. Poderíamos afirmar, portanto que, a base do popular estaria na possibilidade de articulação de interesses comuns que visam a construção do novo e numa perspectiva da transformação social.

A concepção mais abrangente e extremamente utilizada para caracterizar as iniciativas emancipatórias de inserção no mundo do trabalho, e que, necessariamente permeia todas as outras concepções definidas, refere-se a **economia solidária**. As próprias cooperativas são expressão da economia solidária, pois supostamente partem de valores e princípios centrais da economia solidária. Na realidade brasileira seu principal interlocutor é Paul Singer que desde os anos 1990 vem contribuindo para a discussão e implementação de políticas públicas voltadas para tais iniciativas. Para Singer (2003), não desconsiderando as acepções variadas que tomam as formas de inserção no trabalho a partir da perspectiva emancipatória, na sua essência, todas giram ao redor da idéia da solidariedade⁴. Assim, a economia solidária envolve o estímulo e a prática da solidariedade entre seus membros e para com a população trabalhadora, particularmente com os mais desfavorecidos. Para Singer, a revivência da economia solidária "...significa, sobretudo a volta aos princípios, a valorização da democracia e da igualdade no campo da produção, distribuição e intermediação financeira" (2003:123).

Extremamente articulado ao conceito de economia solidária identificamos também o conceito de **empreendimentos econômicos solidários** para classificar tais iniciativas emancipatórias de inserção no trabalho. Esta definição contém os elementos da economia popular trabalhados por Tiriba (2001) e parece ser mais precisa por articular associativismo e solidarismo como sustentáculo das formas de organização dos trabalhadores. Segundo Gaiger:

⁴ Lisboa (2003) desenvolve uma importante discussão sobre o conceito de solidariedade e nos mostra como no contexto atual seu significado esvai-se na medida que cada vez mais é utilizada de forma ampla e genérica. Para o autor a solidariedade não se reduz à solidariedade espontânea nos momentos de catástrofe, não se restringe a solidariedade de classe que busca gerar um contrapoder. Para o autor "a solidariedade que carecemos desenvolver é uma solidariedade interclassista para com o outro (pobre, o diferente racial e ideologicamente), incluindo as demais formas de vida."

“Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de auto-gestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência...” (2003:135).

Segundo o autor tais práticas se caracterizam por uma nova racionalidade, onde o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos. Outros elementos significativos que caracterizam os empreendimentos econômicos solidários voltam-se para a posse dos meios de produção, o controle por parte dos trabalhadores do processo de trabalho e na democratização do poder econômico, assim como na distribuição dos produtos do trabalho. A grande questão é se estas formas de organização solidárias do trabalho podem se efetivar dentro de um contexto capitalista que tem como base central a apropriação da mais-valia, através da exploração do trabalhador. Para que isto ocorra a lógica capitalista parte de uma série de mecanismos que visam atender os interesses privados daqueles que detêm o capital, excluindo grande parte dos trabalhadores do acesso aos bens e serviços por eles produzidos. Assim, para legitimar suas práticas capitalistas são difundidos, no plano ideológico, valores em que os próprios trabalhadores passam a reproduzir no cotidiano de suas vidas a partir da lógica capitalista.

E por último, outra concepção que destacamos na literatura pesquisada, e muito articulada as noções contidas na definição da economia solidária, refere-se a **socioeconomia solidária**. Segundo Arruda (2003:232), “O termo socioeconomia solidária equivale à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia...”. O autor resgata que diante da diversidade dos conceitos que visam instituir uma nova forma de organização do trabalho, existe uma busca comum de recuperar o sentido original do vocábulo economia, que em grego significa gestão, cuidado da casa. Poderíamos afirmar que há um resgate da questão da subjetividade, expresso através de pontos significativos que, para o referido autor, marcam a concepção da socioeconomia solidária. São eles: a centralidade do trabalho, do conhecimento e da criatividade; a cooperação como modo privilegiado de relação socioeconômica; a solidariedade consciente como valor central e a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento.

Na definição de economia solidária, Tiriba (2001:42) ressalta que considerando as diversas correntes político-ideológicas dos atores e agentes dos projetos de geração de trabalho e renda, seria interessante perguntar se é possível a elaboração de apenas um conceito de economia solidária. Tal questionamento é respondido pela própria autora afirmando que não existe “o conceito” ou “um conceito” de economia solidária ou de economia popular. Pois, o que dará direção às práticas será a opção por esta ou aquela maneira de interpretar e construir a realidade. Ou seja, que racionalidade direciona a formação e desenvolvimento das práticas sociais na perspectiva emancipatória do trabalho. Logo, mais do que a definição dos conceitos, o que distingue estas práticas é a lógica que perpassa seu desenvolvimento.

A partir desta incursão na produção bibliográfica sobre o tema, o ponto comum entre os autores refere-se a dimensão da solidariedade, que se constitui o princípio que perpassa as práticas emancipatórias de inserção no trabalho. Nesta direção, a solidariedade torna-se uma categoria central de análise, mas que precisa ser melhor apreendida na medida em que pode expressar uma dimensão política ou uma dimensão caritativa dos sujeitos sociais. Em Gramsci apud Semeraro (1999) podemos perceber que a dimensão da solidariedade traz em seu bojo uma perspectiva política do ato criador e socializador de toda a população tendo em vista um projeto articulado de sociedade. É nesta direção que Gramsci resgata o potencial das classes subalternas na construção da hegemonia. Lisboa (2003) faz um importante resgate histórico de como a palavra solidariedade é utilizada de forma indiscriminada tendo diferentes significados ao longo da história, e mesmo na contemporaneidade, pois num mesmo país pode ser utilizada a partir de perspectivas diferentes. Se por um lado, há uma utilização da palavra solidariedade de forma despolitizada para mascarar as relações sociais capitalistas a partir da lógica neoliberal e do individualismo exacerbado. Por outro, a concepção de solidariedade está ligada ao reconhecimento da alteridade, baseada numa solidariedade interclassista para com o outro, que traz uma perspectiva totalmente diferente, fundamentada numa dimensão política de compromisso coletivo. Neste aspecto, Lisboa destaca que a solidariedade como valor universal é perceber-se enquanto membro da família humana a partir do sentimento de responsabilidade para com o destino da humanidade. Segundo o autor, a solidariedade não pode ser considerada somente no plano do sentimento, pois “... a solidariedade precisa da razão para não se reduzir a mero sentimentalismo...” (2003:245). Po-

rém, a categoria solidariedade merece maior aprofundamento teórico dentro de uma perspectiva intra-classes.

A solidariedade humana é um valor ético essencial na formação e desenvolvimento do trabalho na perspectiva emancipatória, visto que “as experiências associativas têm a solidariedade como musa inspiradora” (Tiriba,2001:37). Definir a solidariedade como uma categoria central destas iniciativas implica em termos clareza da complexidade que ela assume nestas experiências. Aqui a dimensão da solidariedade se opõe radicalmente a dimensão da solidariedade na lógica do capital, tão presente e difundida na contemporaneidade. A solidariedade proposta nas iniciativas de trabalho emancipatórias, na sua concepção mais ampla, não se refere a solidariedade da caridade e da benemerência, mas adquire a perspectiva da justiça, da equidade, da cooperação, da responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade justa e democrática.

Limites e possibilidades na construção do trabalho na perspectiva emancipatória

Para Lima (2003) duas questões são importantes de serem consideradas na retomada do debate sobre o cooperativismo, definição dada pelo autor a tais práticas emancipatórias. A primeira questão polêmica volta-se para as possibilidades efetivas das cooperativas, dentro da lógica do sistema capitalista, se constituírem em veículo na direção da maior democratização do trabalho, na autogestão e na posse coletiva dos meios de produção, concretizando assim, a dimensão emancipadora do trabalho. A segunda questão destacada por Lima (2003), refere-se ao debate das cooperativas que reacende questões colocadas no século XIX sobre a co-existência de cooperativas falsas – como linha auxiliar do capital, e as verdadeiras – que assumem o caráter autogestionário e solidário na perspectiva da emancipação dos trabalhadores. No atual contexto brasileiro, Lima (2003) identifica os dois grupos de cooperativas de trabalho, como resultantes das mudanças do capitalismo contemporâneo. As cooperativas pragmáticas, chamadas também de falsas cooperativas ou “cooperfraudes”, funcionam como terceirizadas para empresas e, em geral são organizadas por essas mesmas empresas, ou ainda integram programas estatais de geração de renda e estão desvinculadas

dos princípios do movimento cooperativista. Estas assumem um papel de funcionalidade ao capital. Por outro lado, identificam-se as cooperativas defensivas, formadas a partir do movimento dos trabalhadores, para manutenção do emprego em fábricas em situação falimentar. Estas são apoiadas por sindicatos, ONGs e instituições da sociedade civil resultantes de programas governamentais de geração de renda para populações pobres, e que se enquadram na proposta de “economia solidária”, na qual os valores da autogestão dos trabalhadores, combate ao desemprego e desenvolvimento sustentável são norteadores.

Para Lima (2003), nos dois grupos, domina uma grande dependência, seja de redes empresariais e órgãos públicos, nas chamadas cooperativas pragmáticas, seja de órgãos públicos de fomento, e instituições da sociedade civil nos chamados empreendimentos solidários. Segundo o autor, essa dependência afeta diretamente a percepção do trabalhador sobre o trabalho autogestionário e suas perspectivas futuras. Neste aspecto há uma convergência na discussão teórica entre Lima (2003) e Tiriba (2001), visto que, ambos afirmam que nenhuma cooperativa se desenvolve de forma independente. Pois, há uma dependência que cerceia e limita as possibilidades de participação dos próprios trabalhadores no processo decisório, na autogestão, quando se criam hierarquias verticalizadas definidas pelos órgãos de fomento. A participação da sociedade civil, órgãos públicos e privados devem ser entendidos enquanto parceiros na efetivação de tais práticas e não como aqueles que darão a direção do processo de construção e desenvolvimento das iniciativas de trabalho. Porém, a autonomia deve ser um princípio garantido e respeitado pelos órgãos de fomento, para que as formas de organização do trabalho, na perspectiva emancipatória do trabalho, não sejam “massa de manobra”, perdendo a essência da sua prática social.

Diante das duas concepções que se opõem na forma de conceber a formação e desenvolvimento das iniciativas de trabalho não assalariadas, uma voltada para a reprodução ampliada da vida a partir de princípios e valores de solidariedade; da centralidade do trabalho enquanto essência do ser humano. E a outra concepção, voltada para a formação das cooperativas como simples forma de redução dos gastos sociais e maior exploração do trabalhador, identificamos no centro do debate alguns questionamentos sobre a viabilidade efetiva das cooperativas dentro da perspectiva emancipatória do trabalho.

Autores como Lima (2003), Tiriba (2001), Singer (2001) nos indicam alguns pontos relevantes do debate atual. Será que a proposta destas iniciativas será reduzida a “simples” formas de sobrevivência dos segmentos subalternizados frente ao desemprego estrutural? Ou a força destas iniciativas, a partir da centralidade da categoria trabalho, pode criar uma contra-hegemonia? Que perspectivas prevalecem na orientação da formação dos grupos de economia solidária? Como se efetiva a autonomia dos sujeitos nos grupos? E uma questão que é central, como garantir o potencial desenvolvimento da economia solidária, que traz uma perspectiva de produção não capitalista, dentro de um contexto do sistema capitalista?

Resgatamos em Santos (2002) um conjunto de teses que alimentam este debate, construídas a partir do estudo das experiências relatadas por diversos autores na perspectiva emancipatória do trabalho. O autor desenvolve nove teses apontando para desafios e dilemas presentes nas formas de organização do trabalho que expressam esta direção. Destacamos a seguir algumas delas que contribuirão para ampliarmos o debate.

A primeira tese refere-se a idéia de que *“As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos”* (ibid, p. 64). Sem prescindir da dimensão econômica/material, condição básica para os sujeitos suprirem suas necessidades, Santos ressalta a necessidade do fortalecimento dos laços de pertencimento dos grupos, a partir da articulação de um projeto comum, visando a integração social. Isto supõe criar mecanismos de participação num processo constante de aprendizagem do novo papel dos sujeitos nos grupos alternativos de produção, visto que tais iniciativas implicam numa outra relação social de produção. Ou seja, a partir de princípios de solidariedade que não correspondem à lógica capitalista, comumente vivenciada pela população. Aqui, a contribuição de Gramsci (Semeraro, 1999) é expressiva para pensar a sociedade civil hoje, mesmo considerando um contexto histórico diferente de sua época. Gramsci recupera para a sociedade, principalmente, para as forças populares a sua capacidade de autodeterminação, de criatividade e de organização, apontando para o potencial mobilizador da sociedade civil na construção efetiva do espaço público.

Esta primeira tese levantada pelo autor é central e perpassa a idéia de vários estudiosos desta área. Tiriba (2001) é uma das pesquisadoras que dá ênfase a esta dimensão ampliada das formas de organização do trabalho na sua perspectiva emancipatória, visando a possibilidade de criar uma nova cultura do trabalho, baseada em princípios e valores que considere em primeira instância as necessidades humanas. Assim, há uma aproximação de Santos (2002) e Tiriba (2001) no que se refere ao caráter emancipatório que tais práticas podem viabilizar, no sentido de que extrapolam a dimensão produtiva. Porém, consolidar este processo de participação baseados no apoio mútuo, no sentimento de vínculo, de igualdade, de integração social a partir de uma perspectiva política de participação, significa pensar num outro tipo de economia, que não a capitalista.

A dificuldade no processo de participação coletiva dos grupos é ainda vivenciada pela difícil transição da condição de trabalhador, que historicamente vivencia uma relação de operário/patrão, para uma relação de igualdade entre cooperados. É por isso que um dos elementos para o êxito de tais iniciativas depende da articulação das duas dimensões econômica/material e da dimensão social, onde os trabalhadores vivenciem e incorporem uma outra dimensão cultural e ideológica nas relações de trabalho. Hoje não podemos afirmar que as cooperativas definirão um novo tipo de inserção no mundo do trabalho, em que prevaleça o trabalho na sua dimensão ampliada. Pois, o estudo empírico ainda é incipiente para fazermos tal afirmativa. E é visando contribuir para este processo de conhecimento que, em nosso estudo, buscaremos avaliar criticamente o papel dos grupos que caminham nesta perspectiva emancipatória do trabalho, assim como o papel das entidades de fomento a tais iniciativas.

A segunda tese apontada por Santos (2002) visando o fortalecimento do trabalho na perspectiva emancipatória caminha na mesma direção da tese anterior reforçando que, "*O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo*" (*ibid*, p. 66). Esta tese marca o caráter de dependência necessário e existente nas iniciativas de trabalho emancipatórias. Dada a fragilidade destas, frente à lógica do sistema capitalista, o autor resgata a necessidade de que as iniciativas de economia solidária estejam articuladas a um movimento social mais amplo no sentido de contribuir para o fortalecimento a partir de redes de apoio mútuo. Os

segmentos empreendedores destas iniciativas na perspectiva solidária são das classes subalternizadas, segmentos marginalizados da sociedade que trazem uma história de vida marcada pela condição de subalternidade, precariedade, fragilidade. Logo, Santos aponta que "...o risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos é muito elevado" (*ibid*, p. 66), daí a necessidade da articulação em redes, evitando o localismo, o isolamento de tais alternativas de produção. Visando o fortalecimento das iniciativas de economia solidária para que possam se consolidar, o autor aponta as redes de apoio mútuo que são compostas por três tipos de entidades: sindicatos, ONGs e fundações, e outras organizações econômicas alternativas. Tais entidades desempenham um importante papel na criação e consolidação das iniciativas de economia solidária, estabelecendo uma articulação, fortalecimento entre elas, o que contribui para o enfrentamento das condições desfavoráveis da concorrência do setor capitalista. O surgimento no atual contexto da realidade brasileira, dos próprios Fóruns municipais, estaduais e nacional de Economia Solidária, formado por segmentos da sociedade civil, têm contribuído para fomentar o debate entre os participantes das cooperativas, assim como, apontando as dificuldades e possibilidades de superação. Convergindo nesta direção, Singer (2000) traz uma importante contribuição para pensar a articulação de diversos segmentos, movimentos sociais, entidades sociais, órgãos públicos ou privados para o fortalecimento destas formas de organização do trabalho que caminham na perspectiva emancipatória do trabalho. O autor destaca a importância da participação de vários setores da sociedade a partir da década de 1990 como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) que pertencem às universidades; a Agência de Desenvolvimento Solidário criada pela Central Única dos Trabalhadores/CUT; a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho/UNITRABALHO; o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, sociais e Econômicos/DIEESE; a Cáritas órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil, que já vem desenvolvendo vários trabalhos na área de geração e renda dos segmentos populares, várias Secretarias Municipais e Estaduais de Ação Social, entre outras entidades que fomentam os empreendimentos solidários. Não desconsiderando a importância da participação da sociedade civil neste

processo de mobilização e criação de propostas frente ao desemprego na contemporaneidade, esta participação vem contribuindo muito mais para o distanciamento da esfera pública no trato com as questões sociais⁵, ao invés de uma participação crítica e política, como trataremos posteriormente.

Neste quadro, as teses levantadas por Santos (2002) nos apontam os limites em que os empreendimentos na perspectiva emancipatória encontram frente ao processo de globalização imposto pela lógica neoliberal dos países desenvolvidos. Porém, se busca resgatar alguns pontos significativos para o aprofundamento do debate, na análise da construção de propostas que possam se configurar em possibilidades efetivas destas iniciativas na perspectiva emancipatória do trabalho.

Na direção da formação e desenvolvimento destas formas de organização do trabalho a partir da lógica da reprodução ampliada da vida, Tiriba (2001) resgata em Thompson o conceito de economia moral das multidões⁶ para mostrar como são antigas as estratégias populares de sobrevivência. Este conceito se caracteriza a partir das “formas pelas quais os seres humanos, acumulando forças individuais e energias coletivas, materializam sua capacidade para encontrar os meios para a produção social de sua existência física e psicológica (Tiriba, 2001:28)”. A partir desta concepção, estas iniciativas seriam impulsionadas por princípios e valores coletivos na reprodução ampliada da vida, fundada numa nova cultura do trabalho oposta à lógica do capital. Tiriba (2001) desta-

⁵ Carlos Montaño (2002) desenvolve uma rica análise no que se refere ao padrão neoliberal de intervenção nas questões sociais, onde se privilegia uma redução do Estado interventor no trato com as questões sociais e o repasse de tais responsabilidades para o chamado “terceiro setor”.

⁶ O conceito de economia moral das multidões está ligado a diferentes momentos históricos e diferentes formas de organização e manifestação da população contra o abuso de poder, contra a fome. A partir da articulação dos vários segmentos destituídos dos direitos básicos da vida, Thompson, no contexto da Inglaterra no século XVIII, desenvolve uma análise do potencial organizativo da população através dos motins. Os motins da fome aparecem em diferentes histórias nacionais como na Europa, na China e na Índia. Thompson afirma que: “É improvável que os motins tivessem aparecido de forma tão universal se não tivessem produzido nenhuma “compensação”, um espaço onde a ação direta fosse uma proteção contra os apetites recém-liberados dos interesses agrários, um alerta aos especuladores e exploradores, e um sinal de alarme para que as autoridades acionassem as medidas de emergência e a caridade (1998, 227).”

ca, neste aspecto, a importância de considerar quem são os atores e quem são os seus agentes, visando entender qual o interesse dos diversos agentes que hoje incentivam a economia solidária. Como já ressaltado anteriormente na segunda tese apontada por Santos (2001), visando a articulação em redes de colaboração e apoio mútuo para o fortalecimento dos empreendimentos solidários, há convergência de idéias em Tiriba (2001), Lima (2003) e Singer (2000) em privilegiar a articulação das diversas entidades de fomento a tais práticas emancipatórias do trabalho. Segundo Tiriba o interesse é analisar:

“...estes agentes que acreditam nos empreendimentos associativos como forma de organização dos trabalhadores contra a lógica perversa do mercado. E que, além de criar estratégias de sobrevivência, apostam em uma nova economia moral das multidões; na criação/fortalecimento de uma economia, cuja cultura do trabalho contrarie a própria lógica do capitalismo” (2001:30).

Na medida em que se ampliam os espaços de discussão da concepção da economia solidária entre os trabalhadores, entidades sociais, governos, movimentos sociais etc., seria ingênuo de nossa parte reduzi-la a uma racionalidade homogênea. Torna-se necessário analisar que tipo de racionalidade direciona o interesse dos diversos segmentos, no sentido de avaliar que perspectivas assumem as entidades de fomento e os próprios grupos cooperativos. Entendemos que, através deste desvelamento da racionalidade que perpassa estes dois segmentos pode ser possível a construção de práticas sociais voltadas para as reais necessidades humanas.

O discurso de teóricos que defendem tais práticas alternativas é que elas possam ganhar espaço como uma forma de organização e inserção dos trabalhadores numa economia alternativa à economia do capital. Para Tiriba (2001), esta perspectiva se traduz em um tipo de economia estimulada por alternativas coletivas voltadas para enfrentar os desafios da sobrevivência e, também na luta contra o capital. Porém, destacamos que, tais iniciativas expressam muito mais estratégias de sobrevivência dos grupos populares, do que efetivamente a luta contra a lógica capitalista. Ao problematizar esta questão da direção que orienta tais práticas a própria autora (ibid:190) destaca que:

“além do caráter educativo desses empreendimentos, cabe indagar em que aspectos e em que medida as formas não assalariadas de trabalho empreendidas pelos setores populares fazem coro com os projetos de deterioração das relações de trabalho, hoje tão fortemente presentes no processo de reestruturação produtiva e de globalização da economia”.

Entendemos que um passo no processo de formação e desenvolvimento das cooperativas na perspectiva emancipatória do trabalho volta-se para a construção dos princípios e valores de tal concepção como fruto da participação efetiva dos sujeitos envolvidos neste processo⁷. A economia solidária, através de sua expressão dominante – as cooperativas de trabalho – pode significar um mecanismo de inserção no trabalho a partir de valores e princípios solidários, mas, poderá também ser reduzida a mais uma das estratégias do capital de se desresponsabilizar dos direitos trabalhistas, aprofundando ainda mais a exploração do capital sobre o trabalho. Logo, a dimensão política de participação coletiva torna-se elemento determinante neste processo de construção das práticas emancipatórias.

Retomamos o problema das cooperfraudes ou falsas cooperativas, pois estas vêm se desenvolvendo na realidade brasileira como forma de diminuir os custos da produção e da força de trabalho, sendo totalmente dissociadas dos princípios e valores que norteiam a economia solidária. Tavares (2001) desenvolve uma pesquisa extremamente rica sobre como uma empresa capitalista, no interior do Ceará, utiliza a idéia da formação de cooperativas para promover mecanismos de maior exploração da força de trabalho, que fogem totalmente dos princípios que determinam o surgimento das cooperativas. Trata-se de uma realidade concreta em que não se pode desconsiderar a proliferação destas experiências.

⁷ A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (Texto extraído do folheto informativo da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES)

Não desconsiderando as críticas ao cooperativismo, Gaiger (1999) ressalta que há que se considerar importantes forças de renovação do cooperativismo cuja atuação vem gerando estruturas independentes do sistema oficial. O autor destaca que, expressão deste processo de reflexão é o interesse e aproximação do sindicalismo cutista empenhado no debate e em definir um papel pró-ativo junto aos trabalhadores. Fruto deste processo de articulação das entidades sindicais é criada em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS vinculada a CUT, visando contribuir para a mobilização dos sindicatos e formulação de propostas na direção da economia solidária. Vale ressaltar, porém que, esta aproximação e interesse dos sindicatos a idéia da economia solidária é um tanto complexa. Sem cairmos numa visão maniqueísta este processo pode significar: interesse efetivo em pensar na construção de políticas públicas para fortalecer estas iniciativas de trabalho na perspectiva emancipatória, ou como muito se destaca, pode expressar fragilidade e cooptação dos sindicatos a lógica neoliberal. Em tempos que o sindicalismo se reduz a mero defensivismo, como destaca Antunes (1995).

Não podemos negar que avanços no debate têm sido significativos para a construção de uma proposta que vá ao encontro dos interesses dos trabalhadores, mas ainda há vários limites e cuidados a serem tomados nessa retomada crescente do cooperativismo. É necessário diante da atual diversidade nas formas de contratação e inserção no mundo do trabalho, definir quais são as formas de inserção no trabalho que caminham na perspectiva emancipatória, daquelas que somente tendem a aprofundar a precarização do trabalho. Entendemos que tamanha a complexidade e heterogeneidade destas iniciativas torna-se um desafio identificá-las, para que possamos fortalecer aqueles grupos que, nesta perspectiva, se encontram em fase de estruturação. E também, denunciar e viabilizar medidas punitivas aquelas empresas capitalistas que se utilizam das "falsas cooperativas" apenas para sonegação dos encargos sociais e precarização das relações sociais de trabalho.

A falta de um banco de dados que identifique e caracterize tais formas de organização do trabalho na perspectiva emancipatória, tanto em nível local, como nacional, torna-se elemento fundamental para que os diversos segmentos da sociedade (entidades sociais, sindicatos, governos, trabalhadores, etc...) possam ter conhecimento de tais

práticas, visando contribuir para a formulação de políticas públicas, construção de indicadores de acompanhamento, monitoramento e avaliação de tais iniciativas, assim como, subsidiando a elaboração de estudos e pesquisas que contribuam para este debate. No ano de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/ SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego foi elaborado um Plano de Ação de 2004 da SENAES. Neste Plano o objetivo é a criação de bancos de dados estaduais de economia solidária integrado a SENAES, através do mapeamento e criação de um sistema de informações na área da economia solidária. Acreditamos que neste processo o debate teórico-prático pode ser aprofundado, desmistificando as principais tendências que perpassam as iniciativas de economia solidária.

Outro ponto de convergência de todos os autores destacados na revisão da literatura refere-se às possibilidades de mudanças sociais na perspectiva de uma sociedade mais justa e melhor, visto que tais iniciativas se pautam numa lógica oposta ao sistema capitalista. Ressaltamos, porém que, tais iniciativas não podem ser entendidas como a solução dos problemas sociais, mas fazem parte de um movimento mais amplo da sociedade na luta pela transformação social, política, econômica e cultural. Neste processo é possível contribuir com alguns elementos para estas mudanças, como a própria mudança ideológica da cultura do trabalho. Como destaca Lisboa (2003:250), "Certamente a economia solidária não é a panacéia para resolver todos nossos graves problemas, mas é um passo importante nesta direção".

Ao analisar as diferentes concepções teóricas dos empreendimentos solidários, alguns elementos estão mais presentes nas abordagens que os autores desenvolvem. Lima (2003) traz a discussão das cooperativas de uma forma mais concreta, a partir da análise dos determinantes históricos e de como elas se expressam na realidade. Presente nas discussões de Tiriba (2001), mas também em Santos (2002) e Singer (2003) estas iniciativas trazem a valorização do trabalho, a partir de valores extra-econômicos, políticos, culturais que apontam para a construção de uma nova cultura do trabalho. Um ponto comum entre todos os autores é que, mesmo reconhecendo a diversidade dos conceitos está na gênese das cooperativas (Schmidt e Perius, 2003), da economia popular (Tiriba, 2001), da economia solidária

(Singer 2003), dos empreendimentos econômicos solidários (Gaiger, 2003); da socioeconomia solidária (2003), a lógica de que, tratam-se de iniciativas de inserção no trabalho que se opõem a economia capitalista e que se expressam por princípios solidários. O que é estruturante nestas práticas. Logo, mais que a definição dos vários conceitos, ainda que significativos, torna-se necessário o entendimento e articulação de tais práticas sociais a partir do sentido e racionalidade que são desenvolvidas, na perspectiva dos princípios e valores solidários. O desafio é analisar o potencial destas iniciativas a partir de práticas emancipatórias do trabalho.

Dada a complexidade do tema, Tiriba (1998) destaca que os novos empreendimentos solidários não representam necessariamente, uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos capitalistas de exclusão social. No entanto, para a autora, mesmo considerando a diversidade e complexidade da economia popular, tais iniciativas podem representar os germes de uma nova cultura do trabalho.

Nesta abordagem sobre a nova cultura do trabalho, a dimensão da subjetividade ganha centralidade a partir de valores e princípios ético-políticos que determinam novas relações sociais de trabalho. Gramsci apud Semeraro (1999:153) destaca que “a consciência e os elementos subjetivos desempenham papel fundamental na ação política”. A dimensão da subjetividade associada à concepção histórica torna-se elemento fundamental para a consciência de classe, criando-se a possibilidade dos grupos subalternos, coletivamente, construir um novo projeto de vida. Em Gramsci apud Semeraro, destacamos que:

“...em seus escritos guardam ligações profundas com o primado da subjetividade. Juntamente com a concepção histórica e imanente de sua filosofia é preciso considerar o destaque dado à liberdade e à vontade; a insistência sobre a “reforma moral e intelectual” e a ação educativa das massas, a importância da escola e dos elementos culturais; a formação da consciência e a organização das classes subalternas; a função positiva das ideologias; a construção duma nova “concepção de mundo”... (1999:153)

A questão da subjetividade na construção histórica de uma nova cultura do trabalho está relacionada à possibilidade ampliada da vida, onde os elementos que envolvem o processo de trabalho possibilitam

ao homem o desenvolvimento e ampliação de sua capacidade teleológica. Não podemos dissociar que os novos métodos e formas de organização do trabalho são inseparáveis dos modos de pensar e agir dos sujeitos sociais. Neste processo há que se considerar as diferentes relações políticas, sociais, econômicas, culturais, assim como as de ordem subjetiva que os homens estabelecem na sociedade. Resgatar a esfera da subjetividade nos empreendimentos solidários pode ser um dos elementos significativos a apontar para a construção de propostas que articulem interesses efetivamente coletivos. Recuperar a centralidade da subjetividade, na perspectiva do trabalho significa considerar a gênese do ser social, enquanto sujeitos de vontades na construção do processo de transformação de si mesmos e da realidade social. Logo, significa resgatar o caráter ontológico e sociológico do trabalho. Pois, o pensar e o agir estão imbricados numa unidade indissociável tornando-se elementos determinantes na construção deste novo trabalhador.

Esta concepção mais ampliada do trabalho, condição inerente do ser humano, mas que, historicamente o subsume à lógica do sistema capitalista, nos faz resgatar nos princípios da dimensão coletiva, na primazia do trabalho e no fortalecimento da igualdade e solidariedade entre os homens à possibilidade da construção de uma nova ordem (Tiriba, 2001). Nesta perspectiva, através da materialização destes princípios que perpassam a esfera da subjetividade no trabalho poder-se-ia pensar um novo sentido do trabalho.

No debate teórico contemporâneo sobre os empreendimentos solidários é expresso um esforço analítico, ainda em processo de construção nas Ciências Sociais e bastante marcado por controvérsias. Apreender este movimento de análise impõe pensarmos que, embora haja uma tendência hegemônica do cooperativismo na perspectiva do capital, enquanto mecanismo de produção e reprodução da força de trabalho sem gastos sociais para as instituições empregadoras, há também o crescimento de cooperativas que apontam para uma perspectiva emancipatória do trabalho, enquanto possibilidade de construção de novas práticas. Porém, sem desconsiderar os alcances positivos dos movimentos sociais que contribuíram para a democratização da sociedade brasileira, o ressurgimento das práticas voltadas para a economia solidária é determinação primeira da lógica do projeto neoliberal associada à acumulação flexível, que caminham numa direção oposta às práticas emancipatórias.

A partir do contexto histórico atual, Quijano (2002) diferencia duas vertentes e dois momentos que emergiram a partir da crise mundial do final dos anos 1960, para explicar o crescimento das propostas alternativas de produção ao capitalismo. A primeira se refere à questão da marginalização que, a partir de 1966 é destacada no campo teórico, frente às novas tendências nas relações capital-trabalho. Nesta predomina a exclusão crescente de trabalhadores do emprego assalariado estável, o que não quer dizer que estes segmentos estivessem fora do sistema capitalista.

A segunda vertente se caracteriza pelo conceito de “estratégias de sobrevivência”. Fruto do aumento da massa de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, a partir da crise mundial capitalista, em meados de 1973, eclodiu a marginalização dos trabalhadores se tornando uma questão universal (484:2002). Ressaltamos estas duas vertentes, porque elas expressam historicamente a atual tendência de crescimento das atividades não assalariadas, onde a exclusão do mercado formal de trabalho é determinante neste processo. Poder-se-ia afirmar que no atual contexto histórico brasileiro, a busca de participação nas cooperativas tem expressado muito mais a produção de uma estratégia de sobrevivência, do que uma tendência de economia anticapitalista. Assim, na realidade brasileira a formação das cooperativas se intensifica no início da década de 1990, em pleno desenvolvimento do projeto neoliberal e da acumulação flexível.

Para finalizar, levantamos algumas considerações. Primeiramente no que se refere ao ressurgimento das iniciativas de trabalho na perspectiva emancipatória. Reforçamos que o crescimento destas iniciativas é resultado primeiro da crise do desemprego estrutural, vigente no atual quadro das sociedades capitalistas que, exclui uma imensa massa de trabalhadores do emprego assalariado. Mas, tais iniciativas também significam propostas políticas que caminham na perspectiva emancipatória do trabalho e que apontam para formas de resistência à lógica capitalista. Ao desenvolver uma discussão sobre a origem e sentido das principais propostas alternativas ao capitalismo, Quijano (2003) destaca que no contexto atual o recurso à reciprocidade se coloca como uma redescoberta dos trabalhadores na resistência ao capitalismo. Porém, neste processo, o autor destaca que não se trata de uma crítica consciente e explícita dos trabalhadores ao capitalismo, mas “... uma conduta social resultante das próprias tendências do capitalismo, em especial do

seu crescente desinteresse na mercantilização da força viva de trabalho individual” (2003:486). Esta consideração reforça nossa idéia anteriormente destacada do ressurgimento de tais iniciativas. O certo é que tais propostas se colocam numa perspectiva oposta à capitalista. Logo, não temos clareza se esta nova cultura do trabalho pode se efetivar dentro da lógica capitalista. Mas acreditamos que através da perspectiva emancipatória do trabalho, tais iniciativas possam contribuir para, como destaca Tiriba, criar os germes de uma nova cultura do trabalho. É claro que esta afirmativa impõe pensarmos na possibilidade de construção de uma outra economia, que não a capitalista.

Trata-se também, de argumentar sobre o caráter de dependência das cooperativas, na perspectiva emancipatória do trabalho, sem o perigo de suprimir o potencial organizativo e autogestionário destas iniciativas. Portanto, como a integração social e a interdependência entre os diversos grupos que caminham nesta perspectiva, podem garantir o fortalecimento de tais iniciativas num mercado extremamente excludente e competitivo? Torna-se necessário analisar que elementos podem garantir a articulação de interesses comuns entre tais práticas, evitando o localismo e o isolamento.

Neste resgate buscamos reforçar a centralidade da categoria trabalho, como base do processo de humanização dos homens e enquanto possibilidade de novas práticas sociais emancipatórias. Este processo nos aponta para a necessidade de desenvolvermos uma análise das atividades não assalariadas que caminham na perspectiva emancipatória do trabalho. Para isto, pretendemos desenvolver uma análise do papel dos agentes e entidades de fomento a tais práticas, como: sindicatos, fóruns, entidades públicas e privadas, assim como o papel dos próprios grupos que direcionam o trabalho para a perspectiva emancipatória.

O desafio da produção deste texto teve como objetivo uma aproximação da literatura que gira em torno do tema da economia solidária e suas expressões. Tomamos como direção contribuir para a produção do conhecimento nesta área, que ainda é incipiente. É neste contexto onde proliferam as cooperativas, que este processo nos leva a questionar sobre a pertinência e possibilidades efetivas desta perspectiva emancipatória do trabalho se consolidar, numa realidade onde prevalece a captura do trabalho pela lógica do capital.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, P.P de. **Associativismo**. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____. *Autogestão*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial/ Coleção Mundo do Trabalho, 2000, 3ª ed.
- ARRUDA, M. *Socioeconomia solidária*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____. *Globalização e Sociedade Civil: repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa*. Revista Proposta 1997. Nº 74.
- BORGES, A.; DRUCK, M.G. *Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho*. In: Caderno CRH nº 19. Salvador, 1993.
- CARBONARI, P. C. *Economia popular e solidária: possibilidades e limites*. Passo Fundo: s/nº, 1999. www.redesolidaria.com.br
- CARVALHO, A. M. P. DE. *Estado e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. IN: Revista Políticas Públicas. São Luís: 2002. V. 6. Nº 1.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.
- CATTANI, A.D. *A outra economia: os conceitos essenciais*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CORAGGIO, J. L. *Economia popular y políticas sociales: el papel de las ONGD*. Instituto Fronesis, 1994. (mimeo).
- COUTINHO, C (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GADOTTI, M; GUTIÉRREZ, F. (orgs). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 25).

- GAIGER, L. I. *Empreendimentos econômicos solidários*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____. *Significados e tendências da economia solidária*. In: Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. Grupo de Trabalho Economia Solidária da CUT, 1999.
- GOHN, M. DA G. *Políticas Públicas e Sociedade Civil no Brasil nas últimas décadas*. In: Novos Paradigmas da Política Social – Política Social 1. Carvalho, D.B.B. de; Sousa, N.H.B. e Demo, P. (Orgs.). Brasília-DF, 2002.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- ICAZA, A.M.S; TIRIBA, L. *Economia popular*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LIMA, J. C. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção. A retomada de um velho paradigma. GT Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, outubro/2003.
- LISBOA, A. M. *Solidariedade*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MACEDO, M. de A. *Trabalho informal e políticas de inserção: uma relação em debate*. Revista de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2002.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editora, 2003, 1ª edição.
- QUIJANO, A. *Sistemas alternativos de produção? In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, B. DE S.; RODRÍGUEZ, César. *Introdução: para ampliar o cânone da produção*. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- SCHIMIDT, D; PERIUS, V. *Cooperativismo – cooperativa*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SILVA, M. O. DA S. e (coordenadora). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SINGER, P. *Economia solidária*. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998, 2ª ed.
- TAVARES, M. A. *A terceirização e a nova composição da informalidade*. In: Temporalis nº 04/ABEPSS, Brasília: ABEPSS, GRANFLINE, 2001.
- _____. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TIRIBA, L. V. *Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação).
- _____. *A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo)*. In: Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, - nº 1 (maio 2000). Niterói: Intertexto, 2001.
- _____. *Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado*. In: Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Gaudêncio Frigotto (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. *COOPARJ – Cooperativa de produção de parafusos no Rio de Janeiro*. In: Proposta – Revista da FASE. Ano 26, nº 74. Rio de Janeiro: 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras. São Paulo: 1998.

DOCUMENTOS:

- Infomativo da Secretaria Nacional de Economia Solidária / SENAES
- Lei do Cooperativismo – nº 5.764, de 16/12/71.